

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2010

1. APRESENTAÇÃO
A economia brasileira encerrou 2010 com uma taxa de crescimento de 7,5%. É importante ressaltar que nos últimos oito anos a economia nacional cresceu, em média, 3,64%. Em 2008, ano que marcou o início da última grande crise, o PIB cresceu 5,5% em relação a 2007. Já em 2009 houve recuo de 0,60% quando comparado a 2008, por conta dos efeitos da crise. A queda do produto, embora pequena se comparado aos países mais industrializados, foi combatida por instrumentos anticíclicos adotados pelo governo, como isenção fiscal e expansão do crédito voltado para o consumo. Em relação ao crédito, o saldo dos empréstimos bancários atingiu, em dezembro de 2010, o montante de R\$ 1,7 trilhão, um crescimento de 20,5% no acumulado de doze meses. Por conta da contínua expansão, a relação crédito/PIB elevou-se para 46,6%, ante 44,4% em 2009. Quanto à participação no total da carteira, os bancos públicos elevaram sua participação para 41,9%, as instituições privadas nacionais 40,7% e os bancos estrangeiros com 17,4%. O saldo das operações com recursos livres, que representa 65,6% do total da carteira, atingiu R\$ 1.118 bilhões em dezembro de 2010, um crescimento de 17,1% se comparado a dezembro de 2009. As operações com recursos direcionados alcançaram R\$ 586,2 bilhões, uma elevação de 27,5% em doze meses, resultado vinculado ao desempenho das carteiras do BNDES, cujo volume alcançou R\$ 355,5 bilhões em dezembro de 2010. Verificou-se, também, uma elevação de 2,6% no custo médio para captação de crédito de pessoas jurídicas, que alcançou 27,9% no período.

1.1 Nossa Caixa Desenvolvimento - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. - Prosseguindo com a missão de "promover o desenvolvimento sustentável do Estado de São Paulo", a Nossa Caixa Desenvolvimento não poupou esforços para continuar na consolidação do seu papel de instrumento institucional de apoio à execução de políticas ativas de desenvolvimento econômico e social. Com capital social de R\$ 1 bilhão, a Nossa Caixa Desenvolvimento atua de forma alinhada com as entidades do governo estadual, constituindo-se num mecanismo ágil na definição de prioridades e atuando com o compromisso de excelência, transparência, modernidade e sustentabilidade de seus negócios. **1.2 Missão** "Promover o desenvolvimento sustentável do Estado, mediante o financiamento de projetos produtivos, buscando a ampliação e racionalização das políticas financeiras e de fomento". **1.3 Público Alvo** As linhas de financiamento atendem a empresas de pequeno e médio porte, instaladas e com sede no Estado de São Paulo, dos setores produtivos: indústria, comércio, agronegócio e serviços, com faturamento anual entre R\$ 240 mil a R\$ 100 milhões. As Prefeituras e os órgãos da administração direta e indireta dos municípios também fazem parte do público atendido pela Agência, por meio de linha de financiamento específica para o Setor Público. **1.4 Estratégia de Atuação** Com o objetivo de apoiar o aumento da competitividade das empresas paulistas, de forma a expandir a geração dos empregos e da renda, a Nossa Caixa Desenvolvimento atua mediante acordos operacionais com órgãos de classe e entidades representativas, que recebem todas as orientações necessárias para disponibilizar as linhas de crédito junto aos seus associados, notadamente as pequenas e médias empresas. O modelo de gestão dos negócios via parcerias possibilita a agência atingir todo o território paulista e agiliza o processo de concessões de crédito. Em 2010, foram formalizados 26 acordos operacionais, totalizando 53 parceiros, abrangendo os segmentos da indústria, comércio, serviços e agronegócios, que estão autorizados a dar informações sobre as linhas de crédito da Nossa Caixa Desenvolvimento. Ainda, em 2010, foram celebrados cinco acordos operacionais com empresas especializadas na originação de crédito à pessoa jurídica. A Nossa Caixa Desenvolvimento tem, ainda, acordo firmado com a Indústrias Romi, Cooperação Andina de Fomento - CAF e, recentemente, com a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL
2.1 Desempenho nos Negócios: O desembolso acumulado pela Nossa Caixa Desenvolvimento totalizou R\$ 249 milhões, com R\$ 221 milhões em 2010, um **acréscimo de 670%**, se comparado com 2009, ano que marcou o início das operações. Ao final de dezembro de 2010, 350 empresas de 107 cidades receberam recursos, sendo que 21% do total dos desembolsos foram para empresas da cidade de São Paulo, 10% para Osasco, 6% para Ribeirão Preto, 5% para Indaiatuba, 5% para Campinas e 53% para demais cidades. O setor da indústria tem 72% de participação no desembolso total, seguido pelo comércio, com 13%, e pelos demais setores, com 15%. O saldo da carteira de operações totalizou R\$ 183,9 milhões em 31/12/2010, com 94,7% da carteira classificados nos Ratings "AA" e "A". Considerando o prazo de vencimento, a carteira está composta com 39% de operações com vencimento de até 01 ano e 61% acima de 01 ano. **2.2 Linhas de Financiamentos** A Nossa Caixa Desenvolvimento lançou, em 2010, três novas linhas de financiamento: Linha Emergencial para Recuperação Econômica de Municípios Paulistas; Linha Economia Verde; e Linha Petróleo e Gás Natural, aumentando seu portfólio e propiciando condições competitivas em relação ao mercado. Além das linhas com recursos próprios, a Nossa Caixa Desenvolvimento também é agente financeiro do BNDES.

3. DESEMPENHO FINANCEIRO
A Nossa Caixa Desenvolvimento registrou lucro líquido acumulado, em 2010, de R\$ 18,9 milhões. Com Patrimônio Líquido de R\$ 1.019,94 milhões, o Retorno Anualizado sobre o PL Médio (ROAE), em 31/12/2010, registrou 3,3%, impactado diretamente pelas baixas taxas de juros praticadas pela Agência, que se coadunam com as diretrizes fixadas pelo seu Conselho de Administração. Em 2010, foram feitos dois aumentos de capital nos montantes de: a) R\$ 200 milhões, em 11/03/2010, homologado pelo Banco Central do Brasil em 24/03/2010; e b) de R\$ 400 milhões em 30/12/2010, a ser homologado pelo Banco Central do Brasil. A receita bruta de intermediação financeira foi de R\$ 57,1 milhões, com uma despesa de R\$ 29,1 milhões, gerando resultado operacional de R\$ 28 milhões. O total de ativos alcançou R\$ 1.113,68 milhões, em 31 de dezembro de 2010, composto por 47% de Títulos Públicos Federais, 36% de Operações Compromissadas lastreadas em Títulos Públicos Federais, 16% de Operações de Crédito e 1% de outros Ativos. Do montante destinado às operações de crédito, 57% são provenientes de recursos próprios e 43% de recursos repassados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pela Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME).

4. GOVERNANÇA CORPORATIVA
Pautada na boa prática da governança corporativa, a Nossa Caixa Desenvolvimento adota como linhas mestras os princípios da transparência, da equidade, da prestação de contas e da responsabilidade corporativa. Com a orientação estratégica do Conselho de Administração e da Diretoria, que exerce a administração geral, a Nossa Caixa Desenvolvimento busca a excelência na execução dos seus objetivos, assegurando o seu funcionamento alinhado com as suas políticas e diretrizes. A Agência tem um Conselho Fiscal, de funcionamento permanente, com as competências e atribuições previstas na Lei. Composto por quatro membros e respectivos suplentes, o Conselho Fiscal reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado por qualquer de seus membros ou pela Diretoria. Em 2010, a Nossa Caixa Desenvolvimento, deu continuidade ao aprimoramento do processo decisório na alta administração e, consequentemente, na própria gestão dos negócios, constituindo o Comitê de Enquadramento e o Comitê de Contratações Administrativas.

5. GESTÃO DE RISCOS
5.1 Limites operacionais: O Conselho Monetário Nacional, através do Banco Central do Brasil, divulgou, em 2007, as Resoluções 3.444 e 3.490, que norteiam os cálculos para o requerimento de capital compatível com o risco das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras. A Nossa Caixa Desenvolvimento encontra-se devidamente enquadrada nos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente. Em 31/12/2010, o Patrimônio de Referência (PR) apresenta-se superior em R\$ 917,9 milhões ao mínimo exigido. O Índice de Basileia apurado é de 472%. **5.2 Risco Operacional:** Durante seu primeiro ano de vida (2009), a Nossa Caixa Desenvolvimento esteve focada no desenvolvimento e na implementação da operacionalização de suas atividades. Em 2010, o foco foi o aperfeiçoamento dos processos, com ampliação e treinamento do quadro de colaboradores e a adequação e otimização da infraestrutura de tecnologia da informação. Além disso, teve início o processo de mapeamento dos riscos das atividades desenvolvidas. No tocante à alocação de capital, foi adotada, para o cálculo da Parcela referente ao Risco Operacional (POPR) a metodologia da Abordagem do Indicador Básico. **5.3 Risco de Mercado:** A Política de Gerenciamento do Risco de Mercado foi aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração em 2009, tendo instituído diretrizes, metodologias, limites e responsabilidades para o gerenciamento desse risco. Em novembro de 2010, a Diretoria aprovou a Política de Marcação a Mercado, que estabeleceu premissas, critérios e metodologia para a marcação a mercado da carteira da instituição, imprimindo maior eficiência ao gerenciamento do risco de mercado. **5.4 Risco de Crédito:** Em abril de 2010, a Diretoria e o Conselho de Administração aprovaram a Política de Gerenciamento do Risco de Crédito, que instituiu padrões e responsabilidades no âmbito do gerenciamento desse risco.

6. GESTÃO DE PESSOAS
Pautada na ética e no respeito ao ser humano, as políticas e práticas de gestão de pessoas primam pela promoção da diversidade, do desenvolvimento de competências e no alinhamento dos colaboradores à missão da Instituição. Com um quadro de pessoal qualificado, a Nossa Caixa Desenvolvimento conta com 108 colaboradores ativos. Em 2010, foram contratados 79 novos funcionários e investidos R\$ 247 mil em programas de formação, treinamento e desenvolvimento, atendendo a 87 colaboradores.

7. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL
Prometida em integrar o desenvolvimento econômico e a responsabilidade social, aliados às metas e às diretrizes definidas pelo Conselho de Administração, em conjunto com a Diretoria, a Nossa Caixa Desenvolvimento busca uma ação consciente em todo o processo organizacional, baseada nas habilidades gerenciais e direcionada aos rumos e desafios da empresa. Consciente das responsabilidades socioambientais, a Nossa Caixa Desenvolvimento tem o compromisso de contribuir para o desenvolvimento sustentável. Como protagonista na execução da Política Estadual das Mudanças Climáticas do Governo do Estado de São Paulo, lançou, em março de 2010, a Linha de Financiamento Economia Verde, que tem como objetivo financiar projetos dos diversos setores produtivos da economia paulista que proporcionem a redução das emissões de gases de efeito estufa. A campanha do agasalho de 2010, realizada entre os dias 31 de maio e 16 de julho de 2010, arrecadou 230 peças e teve a participação de todos os colaboradores. As peças foram direcionadas ao FUSSESP - Fundo de Solidariedade e Desenvolvimento Social e Cultural do Estado de São Paulo. Em setembro, foi realizada a campanha de Doação de Sangue em parceria com o Hemocentro Santa Casa de São Paulo, com a participação de colaboradores da Nossa Caixa Desenvolvimento. Com vistas a solucionar o problema dos cartuchos de toner utilizados pelas impressoras pertencentes à Nossa Caixa Desenvolvimento, uma vez ao ano, após o acúmulo de aproximadamente 25 cartuchos utilizados, realizamos a doação desse material ao FUSSESP - Fundo de Solidariedade e Desenvolvimento Social e Cultural do Estado de São Paulo. A importância dessa ação não se restringe ao seu caráter social, mas também à preocupação ambiental, alinhada às diretrizes que norteiam a reciclagem de materiais.

8. DESTAQUES 2010
8.1 Classificação Rating¹ da NCD: A Nossa Caixa Desenvolvimento subiu um nível na sua classificação de risco, com a obtenção do **RATING** BA2 pela agência internacional de classificação de risco Moody's, e está próxima de alcançar o grau de **investment grade**². Com menos de dois anos, a Nossa Caixa Desenvolvimento está no mesmo nível de classificação de instituições com mais de 50 anos de história. Para chegar ao **investment grade** tem de passar, ainda, pelo nível Ba1. Acima desta classificação, estão os níveis Baa (3, 2 e 1), que possibilitarão à Nossa Caixa Desenvolvimento captar recursos externos. **8.2 Fundo Capital Semente:** Foi aprovado, pelo Comitê de Investimentos e pelo Conselho de Administração da Nossa Caixa Desenvolvimento, o investimento em quotas no **PERFORMA** Fundo de Investimento em Empresas Emergentes de Capital Semente. Tal investimento possibilitará que, em conjunto com a FINEP, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e outros investidores, sejam destinados recursos para investimento em cerca de 10 pequenas empresas de perfil inovador instaladas no Estado de São Paulo. **8.3 Fundos de Desenvolvimento do Estado de São Paulo:** A divulgação da Resolução Conjunta nº 1, das Secretarias da Fazenda, de

Desenvolvimento e de Economia e Planejamento, decidindo sobre a atuação da Nossa Caixa Desenvolvimento como administrador dos Fundos Especiais de Financiamento e Investimento conforme previsto na Lei Estadual nº 10.853, de 16/07/2001, possibilitou que a Nossa Caixa Desenvolvimento inicie a administração de 10 fundos de desenvolvimento do Estado. Dos 40 fundos existentes no Estado, 26 são de desenvolvimento, sendo que 15 estão ativos perfazendo um Patrimônio de R\$ 821 milhões. **8.4 Parceria de Cooperação KIW - BANKENGRUPPE:** A Nossa Caixa Desenvolvimento assinou, em outubro de 2010, acordo com o fundo de carbono alemão **KIW - BANKENGRUPPE** para consultoria e compra de créditos de carbono. Pelo acordo, as empresas clientes do banco que tomarem empréstimo da Linha Economia Verde, que financia projetos que reduzem a emissão de gás, poderão vender os créditos de carbono para o **KIW**. **8.5 Seminário Economia Verde:** Em março de 2010, no Auditório do Ibirapuera, localizado no Parque do Ibirapuera - São Paulo, foi realizado o Seminário Economia Verde, com a presença de mais de 700 pessoas, que se inscreveram de forma gratuita e participaram de diversos painéis sobre o desenvolvimento sustentável do Estado de São Paulo. O seminário contou com diversos palestrantes e especialistas no assunto, como o ecossocioeconomista Ignacy Sachs, e os professores José Goldemberg (IEE/USP) e Rachel Biderman (FGV/GVces), entre outros. O evento respeitou os princípios da sustentabilidade, desde os materiais de limpeza, móveis, crachás e materiais de divulgação até a total neutralização de gases de efeito estufa gerados - ação feita em parceria com o Instituto SOS Mata Atlântica. **8.6 Concurso de Ideias:** Lançado em março de 2010, o 1º Concurso de Ideias e Projetos Economia Verde, premiou os melhores projetos de sustentabilidade, inscritos nas categorias Pessoa Física e Pessoa Jurídica. A premiação, no valor total de R\$ 60 mil, distribuídos aos três primeiros colocados em cada categoria, aconteceu durante o encerramento da 1ª Bolsa Internacional de Negócios da Economia Verde, promovida pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, em dezembro. **8.7 Linha Economia Verde:** No âmbito de sua missão, a **Nossa Caixa Desenvolvimento** exerceu um papel de protagonista na execução da Política Estadual de Mudanças Climáticas do Governo do Estado de São Paulo (PEMC). Nesse sentido, lançou, em 2010, a linha de financiamento 'Economia Verde', que visa atender aos projetos sustentáveis das empresas que venham a se adequar às novas regras propostas pela PEMC, promulgada pela Lei 13.798/09. Ao final de 2010, dois projetos já haviam sido contratados, o primeiro na linha de eficiência energética com redução de perda de água tratada e o segundo sobre reciclagem de lâmpadas fluorescentes, no valor total de R\$ 728 mil. **8.8 Linha de Crédito VIA-SP:** O Programa Via SP foi desenvolvido para atender aos Municípios do Estado de São Paulo que necessitam de obras viárias, mediante o financiamento do pavimentação e o reapecamento asfáltico, bem como a aquisição de máquinas e equipamentos relacionados às intervenções viárias. O Conselho de Administração, em setembro de 2009, resolveu destinar 20% do Capital Integralizado da Nossa Caixa Desenvolvimento para o programa, o que representou, na época, destaque de capital de R\$ 80 milhões. Para máquinas e equipamentos, foi utilizado o **PROVIAS** do BNDES, cuja dotação foi de R\$ 70 milhões para aquele ano. Foram recebidas, ao final de 2009, 97 Cartas Consultas, oriundas de 69 Municípios interessados, perfazendo um total de pedidos de R\$ 532 milhões. Em 2010, foram contratados 11 financiamentos, totalizando R\$ 20,9 milhões, tendo sido liberados R\$ 8,5 milhões. Estão em tramitação 66 pleitos, totalizando R\$ 66,4 milhões (R\$ 37,2 milhões com recursos próprios e R\$ 29,2 milhões com recursos do BNDES). **8.9 Linha de Financiamento Emergencial:** A Linha de Financiamento Emergencial para Recuperação Econômica de Municípios Paulistas foi criada em Janeiro de 2010, para atender a empresas estabelecidas em cidades do Estado de São Paulo atingidas por enchentes, incêndios e demais desastres provocados por fenômenos da natureza. Em reunião extraordinária de 06/01/2010, o Conselho de Administração autorizou a cobertura do Fundo de Aval - FDA nas operações de financiamento da Linha Emergencial para Recuperação Econômica de Municípios Paulistas, possibilitando às empresas ter os requisitos necessários para atender às exigências da Política de Crédito da Nossa Caixa Desenvolvimento. Em 2010, 65 empresas das cidades de São Luiz do Paraitinga e São José do Rio Preto foram atendidas por meio dessa linha, totalizando mais de R\$ 2,7 milhões de desembolsos. Em visita recente a São Luiz do Paraitinga, das 55 empresas que receberam recursos da Nossa Caixa Desenvolvimento, 46 já retornaram às suas atividades.

9. PERSPECTIVAS 2011
O ano de 2010 foi de conquistas e fortalecimento. A Nossa Caixa Desenvolvimento formalizou importantes parcerias, contratou novos funcionários, ampliou o atendimento, lançou novos produtos e, em menos de dois anos, conquistou uma classificação de **Rating**, que nos permitiu, junto ao BNDES, a possibilidade de exposição máxima de até R\$ 2,4 bilhões. Com a capitalização de mais R\$ 400 milhões, totalizando R\$ 1 bilhão de capital, a Nossa Caixa Desenvolvimento tem a possibilidade de alavancagem em aproximadamente R\$ 8,34 bilhões, espelhando uma grande oportunidade frente ao mercado que atua. Com isso, a Nossa Caixa Desenvolvimento já se encontra entre as maiores agências de fomento do país. A perspectiva para 2011 é de crescimento bastante expressivo nas suas operações de crédito, priorizando o financiamento aliado aos grandes eixos da Política de Desenvolvimento do Estado, fortalecendo as cadeias produtivas e apoiando a inovação e tecnologia. A Nossa Caixa Desenvolvimento está pronta para atuar como uma importante ferramenta de indução econômica, competitiva, dinâmica, transparente e ética, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento sustentável do Estado de São Paulo.

Essa é a nossa MISSÃO!

¹ Rating é a avaliação sobre a capacidade de uma instituição, país ou empresa saldar seus compromissos financeiros e é feita por organismos especializados que são chamados de agências de classificação de risco.

² O grau de **investment grade** é uma nota conferida por agência de risco a um país ou empresa para atestar sua capacidade de honrar seus compromissos financeiros. A partir da nota BAA3, a empresa pode obter essa classificação.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2010	2009	Passivo	Nota	2010	2009
Circulante		476.812	32.409	Circulante		46.454	8.180
Disponibilidades		-	55	Depósitos	9	3.698	14
Aplicações interfinanceiras				Depósitos vinculados		3.698	14
de liquidez		403.156	-	Obrigações por Repasses			
Aplicações no Mercado Aberto		403.156	-	do País - Instituições Oficiais	10	31.507	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financ. derivativos	5	788	9.905	BNDES		18.466	-
Carteira própria		788	9.905	FINAME		13.042	-
Operações de crédito	6	72.177	20.922	Outras obrigações	11	11.248	8.166
Operações de crédito		72.177	20.922	Cobrança e arrecadação de tributos		31	15
Setor privado		70.403	20.954	Obrigações sociais e estatutárias		2.452	2.035
Setor público		2.051	-	Obrigações fiscais e previdenciárias		6.676	4.948
(-) Provisão para operações de crédito		(278)	(32)	Diversos		2.089	1.168
Outros créditos	8	691	1.525	Não circulante		47.282	-
Diversos		691	1.525	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	10	47.282	-
Outros valores e bens		-	2	BNDES		8.807	-
Despesas antecipadas		-	2	FINAME		38.475	-
Não circulante		636.256	381.080	Patrimônio líquido	13	1.019.940	405.490
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financ. derivativos	5	525.030	380.866	Capital social		1.000.000	400.000
Carteira própria		123.847	380.866	Ações ordinárias - País		1.000.000	400.000
Vinculados ao Banco Central		401.183	-	Reservas de lucros		19.940	5.490
Operações de crédito	6	111.226	214				
Operações de crédito		111.515	215				
Setor privado		104.882	215				
Setor público		6.633	-				
(-) Provisão para operações de crédito		(289)	(1)				
Permanente		607	181				
Investimentos		200	-				
Outros investimentos		200	-				
Imobilizado de uso		286	98				
Outras imobilizações de uso		312	100				
(Depreciações acumuladas)		(26)	(2)				
Intangível		121	83				
Ativos intangíveis		148	84				
(Amortização acumulada)		(27)	(1)				
Total do ativo		1.113.675	413.670	Total do passivo		1.113.675	413.670

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros		Lucros ou prejuízos acumulados		Total
	Capital realizado	Aumento de capital	Legal	Especiais de lucro	
Integralização inicial de capital em 08/12/2009	-	200.000	-	-	200.000
Homologação do Banco Central em 11/02/2009	200.000	(200.000)	-	-	-
Aumento de Capital	-	200.000	-	-	200.000
Homologação do Banco Central em 05/11/2009	200.000	(200.000)	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	7.200
Destinações:					
Reservas	-	-	360	5.130	(5.490)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(1.710)
Saldos em 31/12/2009	400.000	-	360	5.130	405.490
Mutações do Período	400.000	-	360	5.130	405.490
Saldos em 01/01/2010	400.000	-	360	5.130	405.490
Aumento de Capital	-	600.000	-	-	600.000
Homologação do Banco Central em 24/03/2010	200.000	(200.000)	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	18.956
Destinações:					
Reservas	-	-	949	13.501	(14.450)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(4.507)
Saldos em 31/12/2010	600.000	400.000	1.309	18.631	1.019.940
Mutações do período	200.000	400.000	949	13.501	614.449
Saldos em 01/07/2010	600.000	-	599	8.678	609.277
Aumento de capital	-	400.000	-	-	400.000
Lucro líquido do período	-	-	-	-	14.185
Destinações:					
Reservas	-	-	710	9.953	(10.663)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(3.522)
Saldos em 31/12/2010	600.000	400.000	1.309	18.631	1.019.940
Mutações do período	-	400.000	710	9.953	410.663

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre de 2010	2010	2009
--	------	---------------------	------	------

Receitas da intermediação financeira		35.748	59.702	25.443
Operações de crédito		6.476	8.826	601
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		29.272	50.876	24.842
Despesas da intermediação financeira		(1.847)	(2.617)	(33)
Operações de empréstimos e repasses		(1.609)	(2.083)	-
Provisão para operações de crédito		(238)	(534)	(33)
Resultado bruto da intermediação financeira		33.901	57.085	25.410
Outras receitas/despesas operacionais		(14.354)	(29.110)	(13.744)
Rendas de tarifas bancárias		959	1.281	84
Despesas de pessoal	12	(7.555)	(14.416)	(10.728)
Outras despesas administrativas	12	(6.581)	(13.826)	(1.908)
Despesas tributárias		(1.697)	(2.919)	(1.192)
Outras receitas operacionais		740	1.029	-
Outras despesas operacionais		(219)	(260)	-
Resultado operacional		19.547	27.976	11.666
Resultado não operacional		17	17	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		19.564	27.993	11

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e semestre findo em 31 de dezembro de 2010 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional
 A Nossa Caixa Desenvolvimento - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. é uma Instituição Financeira de Capital Fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, pela Lei Estadual nº 10.853/2001 e regulamentada pelo Decreto nº 52.142/2007, sendo parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo. As operações são regulamentadas pela Resolução nº 2.828, de 30 de março de 2001, de emissão do Conselho Monetário Nacional - CMN e respectivas alterações. A instituição iniciou suas atividades operacionais em 11 de março de 2009, após autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil, obtida em 11 de fevereiro de 2009. Sua missão é promover o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia paulista, por meio do financiamento de projetos produtivos que resultam na geração de renda e ampliação de novos empregos, bem como contribuir com a racionalização das políticas financeiras e de fomento do Estado. Podendo praticar operações através de recursos próprios e repasses de recursos captados no País e no exterior originários de: i. Fundos governamentais; ii. Orçamento estadual; iii. Organismos e Instituições Nacionais e Internacionais de Desenvolvimento. Também faz parte do objeto social a prestação de garantias, a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, bem como a administração de fundos de desenvolvimento, observado o disposto no art. 35 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

2. Apresentação das demonstrações financeiras
 As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem os preceitos do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF). Em 09/02/2011, a Diretoria Colegiada aprovou a conclusão das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 da Nossa Caixa Desenvolvimento – Agência de Fomento do Estado de São Paulo.

3. Alterações na Lei das S.A. (Lei nº. 6.404)
 A Lei nº. 11.638, publicada no Diário Oficial da União em 28 de dezembro de 2007 e complementada, pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009 alterou diversos dispositivos da Lei nº. 6.404 (Sociedade por Ações). Com vistas a regulamentar essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) editou diversos pronunciamentos contábeis de 2008 a 2010. A normatização do Banco Central do Brasil editada até o momento considera: (a) tratamento do saldo das reservas de capital e da destinação dos lucros acumulados; (b) tratamento do ativo imobilizado e diferido; (c) reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (d) apresentação da demonstração do fluxo de caixa ao invés da demonstração das origens e aplicações de recursos (e) tratamento de provisões, passivos e ativos contingentes; (f) divulgação sobre partes relacionadas.

4. Principais práticas contábeis
a. Receitas e despesas: As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vendidas há mais de 60 dias, que serão registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim composto:

	2010	2009
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	403.156	-
Títulos e valores mobiliários - Cotas de fundos de investimento	788	9.905
Caixa e saldos em bancos - Moeda nacional	-	55
Total	403.944	9.960

c. Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira própria foram registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. A Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2001 em seu art. 1, estabelece que os títulos e valores mobiliários devem ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste ao valor de mercado, entretanto as Agências de Fomento ficam dispensadas desta prática. Os Fundos de Investimento são registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador. **d. Operações de crédito, obrigações por repasse e provisão para perdas em operações de crédito:** As operações de crédito e as obrigações por repasse estão registradas ao valor do principal, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço em razão da fluência dos prazos das operações. Não serão apropriados os rendimentos e encargos de operações com atraso igual ou superior a 60 dias, sendo apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso. A classificação das operações e constituição de provisão das operações de crédito foram efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682, do Banco Central do Brasil. **e. Ativo imobilizado:** Está registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens à taxa de: • 10% para imobilizado de uso; • 20% para o intangível. **f. Demais ativos e passivos:** São apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do balanço. **g. Provisão para imposto de renda, contribuição social e contribuições:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240 no ano. A contribuição social foi calculada sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação em vigor à alíquota de 9% (15% em 2009). A alíquota de 9% foi adotada a partir da Resolução de Consulta nº 365 de 22 de outubro de 2010, efetuada por esta instituição em abril de 2009. Dessa forma, a despesa com Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foi ajustada integralmente para o exercício em outubro de 2010. O Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) são recolhidos mensalmente pelas alíquotas de 0,65% e 4% respectivamente, tendo como base o total das receitas, conforme legislação em vigor. A Receita Federal, no entanto, por suas Delegacias Regionais, tem adotado interpretação segundo a qual as Agências de Fomento estariam sujeitas a adoção do regime não-cumulativo de apuração do PIS e da COFINS, pelo qual tais contribuições deveriam ser calculadas sobre a totalidade das receitas auferidas pelas Agências, descontados os créditos legalmente admitidos, aplicando-se as alíquotas de 1,65% e 7,6%. Em Reunião da Assembléia Geral da ABDE – Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento, realizada no dia 13 de maio de 2010, deliberou-se a contratação pela entidade, de Escritório de Advocacia Especializada para ingressar com Mandado de Segurança, objetivando o reconhecimento do direito das Agências de Fomento apurarem as contribuições para o programa de Integração Social (PIS) e para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), nos mesmos moldes aplicáveis às Instituições Financeiras. No dia 16 de Agosto de 2010 foi impetrado Mandado de Segurança Coletivo em nome da ABDE, que neste ato representa as suas associadas agências de fomento, com o fim de obter o reconhecimento do direito de calcularem o PIS e a COFINS com base na sistemática cumulativa, sujeitando-se às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, incidentes sobre o faturamento, permitindo-se ainda a dedução das despesas estabelecidas na Legislação Tributária. Indeferido o pedido liminar pelo juízo de primeira instância, foi interposto o recurso de Agravo de Instrumento dirigido ao TRF - Tribunal Regional Federal, para que este se pronuncie sobre a pretensão liminar inicialmente formulada, vindo ao final a reformar a decisão de 1ª instância. Atualmente, o referido Agravo aguarda julgamento no TRF da 1ª Região. **h. Utilização de estimativas:** As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para créditos de liquidação duvidosa e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente. **i. Contingências:** A Instituição segue as diretrizes da Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, emitida pelo Banco Central do Brasil referente aos procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas. A constituição de passivos contingentes é realizada sempre que a opinião dos assessores jurídicos em relação à perda seja classificada como provável e que haja uma estimativa confiável dos montantes envolvidos. Os passivos contingentes classificados como possível não são reconhecidos, porém são divulgados em notas explicativas quando relevantes. Aqueles classificados como remotos não necessitam de provisão e divulgação.

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
 Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a carteira de títulos e valores mobiliários estava assim composta:

	2010		2009	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	525.030	-	380.866
Cotas de Fundos de Renda Fixa	788	-	9.905	-
Total	788	525.030	9.905	380.866

As Cotas do Fundo de Renda Fixa e as Letras Financeiras do Tesouro são custodiadas pelo Banco do Brasil S.A. Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a instituição não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

6. Operações de crédito
 A carteira de operações de crédito está composta da seguinte forma:

	2010	2009
Composição por tipo de operação		
Empréstimos - Recursos Próprios	67.424	17.557
Empréstimos – Repasses	27.841	-
Títulos descontados - Recursos Próprios	4.498	3.612
Financiamentos - Recursos Próprios	32.537	-
Financiamentos – Repasses	51.670	-
Total da carteira	183.969	21.169
Composição por faixa de vencimento		
Parcelas vincendas	183.150	21.106
Até 180 dias	35.716	14.032
De 181 a 360 dias	35.919	6.859
Acima de 360 dias	111.515	215
Parcelas vencidas	819	63
Até 60 dias	783	63
De 61 a 90 dias	2	-
Acima de 90 dias	34	-
Total da carteira	183.969	21.169

Composição por tipo de atividade econômica

	2010	2009
Setor privado		
Indústria	131.366	18.036
Comércio	27.926	84
Outros serviços	15.993	3.049
Setor público		
Administração Direta Municipal (a)	8.684	-
Total da carteira	183.969	21.169

(a) Trata-se de operações de crédito realizadas com Prefeituras de Municípios do Estado de São Paulo, concedidas após aprovação da Secretaria do Tesouro Nacional, por intermédio de linhas específicas destinadas ao setor.

Composição por níveis de risco

Classificação de risco	Provisão %	31/12/2010		Valor da provisão
		Total das operações	% Part.	
AA	-	108.123	58,77	-
A	0,5	66.079	35,92	330
B	1,0	8.547	4,65	85
C	3,0	461	0,25	14
D	10,0	578	0,31	58
E	30,0	145	0,08	44
F	50,0	-	-	-
G	70,0	-	-	-
H	100,0	36	0,02	36
Total		183.969	100	567

Classificação de risco	Provisão %	31/12/2009		Valor da provisão
		Total das operações	% Part.	
AA	0,0	15.086	71	-
A	0,5	5.525	26	28
B	1,0	558	3	5
C	3,0	-	-	-
D	10,0	-	-	-
E	30,0	-	-	-
F	50,0	-	-	-
G	70,0	-	-	-
H	100,0	-	-	-
Total		21.169	100	33

Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa
Saldo em 11/03/2009 -
 Constituição da provisão **33**
Saldo em 31/12/2009 **33**
 Constituição da provisão **534**
Saldo em 31/12/2010 **567**
 Em 31/12/2010 o saldo da provisão em relação à carteira de crédito equivale a 0,31% (0,10% em 31/12/2009). Durante o período não ocorreram renegociações, recuperações ou baixa para prejuízo na carteira de crédito.

7. Fundo de aval
 Em 2010, a Nossa Caixa Desenvolvimento concedeu operações de crédito no montante de R\$ 1.944, via operações da Linha Emergencial garantidas pelo Fundo de Aval do Estado de São Paulo - FDA. A instituição atua como mandatária e agente repassadora do referido fundo, instituído pela Lei Estadual nº 10.016, de 29 de junho de 1998, vinculado à Secretaria da Fazenda e que se encontra regulamentado pelo Decreto nº 54.228, de 13 de abril de 2009, e pela Deliberação nº 001, de 15 de maio de 2009, do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social (CEDES). Os recursos do FDA originam-se de dotações ou créditos específicos, consignados no orçamento do Estado e dos Municípios participantes; doações de pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras; juros e quaisquer outros rendimentos eventuais dos recursos do Fundo; comissão cobrada pelo FDA junto aos mutuários, por conta da garantia de provimento de recursos ao Fundo; e recuperação de crédito de operações honradas com recursos do FDA. Atualmente, a instituição utiliza o referido fundo como garantia de risco de crédito das operações da Linha Emergencial.

8. Outros créditos

	2010	2009
Impostos e contribuições a compensar	672	1283
Devedores diversos	13	220
Adiantamentos para despesas	6	22
Total	691	1525

9. Depósitos vinculados

	2010	2009
Garantias de operações de crédito (a)	3.544	14
Garantias por prestação de serviços	154	-
Total	3.698	14

(a) Referem-se a recursos provenientes do pagamento de duplicatas ou contratos cedidos como garantias para operações de crédito, não remunerados e liberados quando verificado o nível mínimo exigido de garantias para essas operações.

10. Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais
 Referem-se a recursos captados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e FINAME, com vencimentos mensais e encargos financeiros conforme tabela abaixo.

Indexador	Saldo	Encargos	Vencimento até
Pré-fixado	50.287	1,5% até 2,5% a.a.	15/09/2016
Pós-fixado	28.502	3,0% até 10,5% a.a. + TJLP ou Cesta de Moedas	15/05/2015
Total	78.789		

11. Outras obrigações Sociais e estatutárias

	2010	2009
Juros sobre o capital próprio	1.852	1.710
Provisão para participação nos lucros	600	325
Total	2.452	2.035
Fiscais e previdenciárias	2010	2009
Imposto de renda	4.056	2.580
Contribuição Social	1.371	1.561
Impostos e contribuições sobre salários	911	659
Impostos e contribuições a recolher	338	148
Total	6.676	4.948
Outras obrigações - Diversas	2010	2009
Despesas de pessoal	1.332	1.109
Diversos (a)	459	-
Fornecedores	297	59
Total	2.089	1.168

(a) Provisão relativa a ajustes advindos da sub-rogação do contrato de trabalho de ex-funcionários do Banco Nossa Caixa.

12. Desdobramento das contas de resultado

	2010	2009
Despesas de pessoal	2010	2009
Proventos	7.404	5.874
Encargos sociais	3.015	2.632
Honorários de diretores e conselheiros	1.780	1.374
Benefícios	1.806	742
Treinamento	265	106
Estagiários	146	-
Total	14.416	10.728

Outras despesas administrativas

	2010	2009
Propaganda e publicidade	8.233	121
Processamentos de dados	1.262	352
Promoções e relações públicas	1.048	161
Serviços técnicos especializados	956	228
Transporte	358	61
Publicações	291	268
Manutenção e conservação de bens	284	7
Demais (legais e judiciais, copa, cozinha, limpeza, etc.)	246	174
Serviços de terceiros	202	132
Serviços do sistema financeiro	181	88
Comunicações	156	62
Água, energia e gás	155	14
Contribuições Filantrópicas	162	75
Viagem no País	97	72
Vigilância e segurança	87	-
Material	49	90
Amortização	26	1
Depreciação	22	2
Seguros	11	-
Total	13.826	1.908

Despesas tributárias

	2010	2009
Contribuição ao COFINS	2.369	1.021
Contribuição ao PIS	385	166
Outras	165	5
Total	2.919	1.192

13. Patrimônio líquido
Capital social: Em 31 de dezembro de 2010, o capital social de R\$ 1.000.000 está representado por 1.000.000.000 de ações ordinárias de classe única, todas nominativas e sem valor nominal. No exercício foram feitos dois aumentos de capital nos montantes de R\$ 200.000, em 11/03/2010, homologado pelo Banco Central do Brasil em 24/03/2010, e de R\$ 400.000 em 30/12/2010, a ser homologado pelo Banco Central do Brasil. **Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos da lei societária e, quando há distribuição de juros sobre o capital próprio, a legislação pertinente faculta que sejam imputados aos dividendos obrigatórios, por deliberação da Assembléia Geral de Acionistas. Para elaboração da Demonstração de Resultado, os juros sobre o capital são demonstrados posteriormente a apuração do lucro líquido, consoante o artigo 3º da Circular 2.739 de 19 de fevereiro de 1997. Demonstração do cálculo dos dividendos:

	2010	2009
Lucro líquido	18.956	7.200
Reserva legal	(949)	(360)
Base para juros sobre capital próprio	18.007	6.840
Juros sobre o capital próprio	4.507	1.710

Reservas de lucros: A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. Do saldo remanescente do lucro líquido do período, o montante de R\$ 13.501 foi destinado para Reserva Especial de Lucros cuja destinação será definida no momento oportuno por meio de aprovação em Assembléia Geral.

14. Imposto de renda e contribuição social
Demonstrativo de imposto de renda e contribuição social

	2010	2009
Despesa de imposto de renda - Corrente	(6.140)	(2.580)
Despesa de contribuição social - Corrente	(2.297)	(1.561)
Total	(8.437)	(4.141)

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	2010	2009
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	27.993	11.666
Participação dos empregados	(600)	(325)
Resultado após a participação dos empregados	27.393	11.341
Encargo total do imposto de renda e contribuição social		
às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(9.313)	(4.536)
Ajuste para Cálculo de IR e CSLL	(656)	(310)
Provisões	(295)	(69)
Contribuições a entidades de classe	(50)	(44)
Gratificação Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal	(238)	(184)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(181)	(13)
Outras Adições	(79)	-
Outras exclusões	24	22
Incentivos fiscais	163	-
Juros sobre capital próprio	1.532	684
Imposto de Renda e CSLL	(8.437)	(4.141)
Constituição de diferido fiscal	-	-
Despesa de IR e CSLL	(8.437)	(4.141)

No período, não foram constituídos créditos tributários.
15. Limites operacionais: O Conselho Monetário Nacional, através do Banco Central do Brasil, divulgou, em 2007, as Resoluções 3.444 e 3.490, que norteiam os cálculos para o requerimento de capital compatível com o risco das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras. A Nossa Caixa Desenvolvimento encontra-se devidamente enquadrada aos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente. Em 31/12/2010, o Patrimônio de Referência (PR) apresenta-se superior em R\$ 917,9 milhões ao mínimo exigido. O Índice de Basileia apurado é de 472%, enquanto o mínimo exigido é de 11%.

16. Transações com partes relacionadas
 A Instituição tem como seu principal acionista o Governo do Estado de São Paulo. Todos os órgãos da administração direta e indireta são considerados partes relacionadas. Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a instituição não manteve transações de qualquer natureza com partes relacionadas. O pessoal-chave da Instituição (Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal) recebeu no exercício de 2010 o montante de R\$ 2.221, referentes a benefícios de curto prazo. No exercício de 2009, o valor correspondente foi de R\$ 1.661.

17. Contingências
 A Instituição não possui contingências ativas ou passivas classificadas como perda provável e registradas em suas demonstrações financeiras.

18. Gerenciamento de riscos
Estrutura de gerenciamento de riscos: Na Nossa Caixa Desenvolvimento, o gerenciamento dos riscos é realizado pela SURIC - Superintendência de Riscos, Compliance e Normas. A SURIC é uma unidade independente, ligada diretamente à Presidência. Essa superintendência é composta por duas gerências, sendo uma responsável pelo gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, e a outra responsável pelas normas e pelos controles internos e Compliance. O Relatório de Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Riscos (Operacional, de Mercado e de Crédito) está disponível ao público na sede da instituição. **Risco de mercado:** A Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração, instituiu diretrizes, metodologias, limites e responsabilidades no âmbito do risco de mercado. O risco inerente à flutuação das taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN) é calculado diariamente através do VaR Paramétrico, com 95% de confiança, para o horizonte de um dia. Embora não haja operações registradas na carteira de negociação, a política define, para essas operações, o cálculo do risco de mercado de acordo com normativos divulgados pelo Banco Central do Brasil. Em novembro de 2010, a Diretoria Colegiada aprovou a Política de Marcação a Mercado, que estabeleceu premissas, critérios e metodologia para a marcação a mercado da carteira da instituição, imprimindo maior eficiência ao gerenciamento do risco de mercado. **Risco de crédito:** Em abril/2010, a Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração aprovaram a Política de Gerenciamento do Risco de Crédito, que instituiu padrões e responsabilidades no âmbito do gerenciamento desse risco. Os parâmetros definidos na